

Caderno de Encargos para aquisição de Maquete Tridimensional Água e Ocupação Humana para a Porta de Lindoso, Município de Ponte da Barca

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de um ajuste direto que tem por objeto principal a **aquisição de uma maquete tridimensional Água e Ocupação Humana para a Porta de Lindoso, Município de Ponte da Barca**, em conformidade com as características e especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

2 – A aquisição inclui tudo o que for necessário à fruição do equipamento, designadamente serviços de instalação e configuração e respetivas garantias.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suplimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

- a) Os bens objeto do concurso serão entregues na Porta de Lindoso, Lugar do Castelo, 4980 451 Lindoso, Ponte da Barca;
- b) A obrigação de executar os serviços objeto do presente procedimento tendo em conta a natureza e o fim a que se destinam;
- c) A obrigação de entrega e respetiva instalação dos bens objeto do presente procedimento nos locais indicados pelo Município de Ponte da Barca, de acordo com as quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;
- d) A obrigação de garantia dos bens objeto do contrato;

- e) A obrigação de garantia dos serviços identificados na sua proposta;

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 - O fornecedor obriga-se a entregar na Porta de Lindoso, Município de Ponte da Barca, o equipamento em conformidade com as características e especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 - Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Ponte da Barca por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhes são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos, que sejam necessários para a sua boa e integral utilização daqueles.
- 2 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
- 3 - Todas as despesas e custos inerentes ao transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e respetiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª

Receção do material

- 1 - O material deve ser acompanhado de guia de remessa ou fatura, com a indicação bem visível do número de pedido de compra (Requisição Externa ao Fornecedor);
- 2 - As entregas parcelares da documentação dos bens serão sempre acompanhadas da documentação exigida pela entidade contratante, sendo a aceitação definitiva efetuada após conferência quantitativa e qualitativa do material entregue;
- 3 - Os fornecimentos rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues, sendo estas notificadas ao adjudicatário sendo as remoções dos materiais feitas por conta e risco do mesmo;
- 4 - Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 - No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2 – No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª **Garantia Técnica**

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo constante no anexo I, a contar da data da entrega do equipamento, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do equipamento.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos, ou discrepantes;
- c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a sua devolução ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 – Num prazo razoável a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 – A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.

Cláusula 10.ª **Preço Contratual**

1 – Pelo fornecimento dos objetos do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Ponte da Barca deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 12 200,00 Eur (doze mil e duzentos euros), ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída ao Município de Ponte da Barca, nomeadamente os relativos à entrega do equipamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.ª
Condições de pagamento

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Ponte da Barca, nos termos das cláusulas anteriores devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Ponte da Barca das respectivas faturas, as quais deverão só poder ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;
- 2 – Em caso de discordância por parte do Município de Ponte da Barca, quanto aos valores indicados nas faturas deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 – Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Cláusula 12.ª
Sigilo

- 1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade do Município, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente fornecimento.
- 2 – A informação e documentação coberta pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 13.ª
Força maior

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, incêndios, greves, tremores de terra, inundações, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 – Não constituem força maior designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
- 4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada imediatamente à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação de prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ponte da Barca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente havendo atraso, total ou parcial, na entrega do equipamento objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2 – Direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no caderno de encargos são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Anexo I

Sem prejuízo das obrigações previstas na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, os objetos do contrato devem estar em conformidade com o presente anexo:

1 – Maquete Tridimensional Água e Ocupação Humana

Elementos a representar na Maquete tridimensional

A maquete solicitada destina-se a representar uma parte da região em causa, compreendendo o espaço entre as duas barragens e algumas povoações existentes e que mais caracterizam valores e símbolos de uma arquitetura local, procurando desta forma suscitar motivações e interesse pelo reconhecimento desta zona territorial.

A maquete deverá ser vista como amostragem representativa dos diversos elementos mais emblemáticos numa dimensão extra escala, ou seja, nalguns casos a representação dos elementos procurará permitir visualizar mais em concreto esses elementos, do que uma estreita representação formal em escala.

Desta forma alguns elementos, os que indicarão esses pormenores mais importantes, poderão ser apresentados em escalas diferentes de acordo com prioridades que serão definidas em tempo útil.

Os materiais utilizados na produção da maquete são de uso corrente neste tipo de construção técnica e mais próximos possíveis da realidade. Em algumas circunstâncias proceder-se-á ao recurso a tecnologia de impressão 3D (terceira dimensão). Noutros casos manipulação manual dos materiais, nomeadamente representação volumétrica e pintura.

Tendo em conta a diversidade de materiais utilizados, com químicas e comportamentos diferenciados, dever-se-á ter em conta permanência da maquete em condições de temperaturas normais e o mais constantes possível.

Poderão ser tidos em conta também na maquete aspetos de legendagem de elementos, se necessário, através de pequenas placas localizadas.

Descrição

A maquete é constituída por duas zonas diferenciadas, zona de suporte ou de apresentação e maquete propriamente dita.

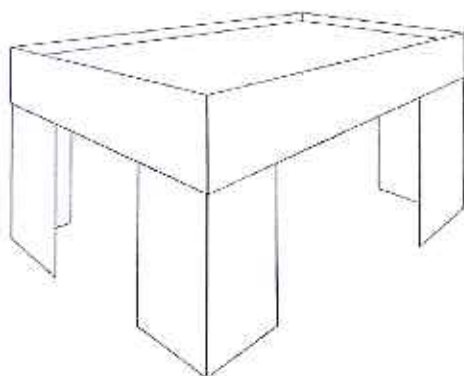
A maquete terá a dimensão aproximada de 1,80mx1,20m de largura

Zona de suporte

A zona de suporte será construída por uma estrutura em MDF hidrófobo de espessuras variáveis que vão desde 13mm para a construção da base da maquete e pequenas paredes laterais e de 15 a 18mm pés verticais. Deverão estar previstos alguns travamentos para uma melhor estabilidade de todo o módulo de apoio.

O acabamento das superfícies da base de apoio em MDF será realizado em pintura lacada.

Deverão estar previstos alguns travamentos com parafuso e contra porca sobretudo nos pés da base para transporte, sendo possível desmontar os referidos pés verticais.



Maquete

Na maquete deverão estar representados vários elementos diferenciados, tais como;

- Elementos naturais, paisagem propriamente dita, montanha, rios, água, rocha, etc
- Elementos arquitetônicos, barragens, povoações, edificações, moinhos de água
- Alguns elementos da constituição da rede elétrica (neste caso específico a ver ainda tendo em conta o que a escala possa permitir realizar)
- Legendas pontuais nalguns aspetos a realçar

A base da maquete deverá ser produzida em poliuretano expandido de 10cm de espessura que será depois sobreposto de acordo com a irregularidade do terreno a representar.

Nesta base de poliuretano assentarão todos os elementos que posteriormente constituem a maquete e nela são representados os aspetos naturais tais características do terreno, rochas, árvores, arbustos, água.

Para os acabamentos finais destes elementos naturais deverá recorrer-se a materiais de revestimento como o latex, colas específicas de fixação de relvas, pequenos elementos rochosos, e demais pormenores arquitetónicos julgados de interesse. Estas superfícies deverão ser ainda pintadas com recurso a técnicas de pintura pontual a acrógrafo.

Nos elementos como água, transparências, poderão ser utilizadas resinas poliéster posteriormente também pintadas.

Materiais diversos, como tubos e outros elementos de compra já pré feitos e específicos para maquetes.

É na representação dos elementos arquitetónicos que o recurso a materiais e técnicas específicas deverá ser mais diferenciado. Nestes casos poderão ser incluídos PVC expandidos, acrílicos, impressão digital 3D em PLA, materiais diversos, como tubos e outros elementos de compra já pré feitos e específicos para as maquetes.

Cobertura

O presente caderno de encargos não contempla o valor de campânula de proteção de acrílico.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

CONVITE

“Aquisição de Maquete Tridimensional Água e Ocupação Humana para a Porta de Lindoso”

Ajuste Direto

(alínea a) do n.º1 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

Convida-se V.Exa. a apresentar proposta para **“Aquisição de Maquete Tridimensional Água e Ocupação Humana para a Porta de Lindoso”**, conforme o caderno de encargos que acompanha o presente convite.

I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJECTO DO CONTRATO E DO PROCEDIMENTO

1. O presente Ajuste Directo, refere-se a **“Aquisição de Maquete Tridimensional Água e Ocupação Humana para a Porta de Lindoso”**, conforme o caderno de encargos que acompanha o presente convite.

II – ENTIDADE ADJUDICANTE / ORGÃO CONTRATANTE/ ESCLARECIMENTOS

1. A entidade adjudicante é o Município de Ponte da Barca, sita na Rua Dr. António José Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, titular do número de identificação Fiscal N.º 505 676 770.

2. A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da sua competência atribuída pela alínea f) do n.º 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Agosto com a redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18º. Do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos) devem ser solicitados pelos interessados ao órgão competente para a decisão de contratar, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados, por escrito, através da plataforma electrónica VortalGov.

III – LOCAL, PRAZO, E FORMA DE ENTREGA DA PROPOSTA

1. A data limite para a entrega das propostas é o 24 de abril de 2015 até às 17 horas

2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada, exclusivamente, de forma electrónica através da Plataforma de Contratação Pública VortalGOV.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

3. O concorrente não pode apresentar propostas variantes (artigo n.º 59º do CCP) ou propostas que alterem as cláusulas do Caderno de Encargos.

IV – ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes elementos:

a) A declaração concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno e Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo A ao presente convite;

b) Os documentos, em papel timbrado ou papel com carimbo do concorrente que indiquem, a quantidade, o preço unitário (não incluindo imposto sobre o valor acrescentado) o preço total (não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado) e descrição do objeto a que o concorrente concorre. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

2. Todos os documentos que constituem a propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, se estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

3. Poderá ser solicitado ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada e que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.

4. O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

V – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.

VI – CONTRATO

1. Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 95.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94º a 106º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

VII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A ENTREGAR PELO CONCORRENTE EM CASO DE ADJUDICAÇÃO

Em caso de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos:

1) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo B ao presente ofício;

2) Documentos comprovativos das seguintes situações:

a) Situação regulariza relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal;

b) Situação regulariza relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Certificado Registo Criminal que comprova que o adjudicatário não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenha sido condenado pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação;

i) Participarem em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros da Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeito de branqueamento de capitais.

3) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;

4) Fotocópia do número de identificação fiscal e do número de contribuinte das pessoas que outorgam o contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

- 5) Certidão comprovativa da matrícula da firma na Conservatória Registo Comercial, com a indicação do número, livro, folhas e respetivo capital social;
- 6) Identificação (s) pessoa(s) com poderes para outorga(m) o contrato(nome completo, estado civil, freguesia e concelho da naturalidade residência, número(s) d o(s) bilhete(s) de identidade(s), respetiva(s) data(s) de emissão e serviço que o(s) emitiu.

VIII – NEGOCIAÇÃO

1. O presente procedimento não será sujeito a negociação.

IX - CAUÇÃO

1. Não é exigível caução ao abrigo do n.º 2, do art. 88.º do Decreto-Lei n.º18/2008 de 29 de Janeiro.

Como os melhores cumprimentos,

Ponte da Barca, 16 de abril de 2015

O Presidente da Câmara

(António Vassalo Abreu)



ANEXO A

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA

4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e j) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (Local), ... (data), ...

[assinatura (18)].



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º *(A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes).*



ANEXO B

**Modelo de declaração
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ...

[assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA
4980-626 PONTE DA BARCA - Telef. 258480180 – Fax 258 480189

- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º *(A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato omitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes).*

